

“NOSSO IRMÃO PREFEITO”: ALIANÇAS ENTRE A IGREJA BATISTA E O GOVERNO MILITAR NA BAHIA

Luciane Silva de Almeida
Mestranda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: lulucilua@hotmail.com

Palavras-chave: Batistas. Governo Militar. Bahia.

As representações políticas elaboradas pelos protestantes em geral, estão historicamente vinculadas às formas de existência desse grupo na sociedade em que estão inseridos. Em sua maioria, eles sempre declararam seu apoio irrestrito às autoridades constituídas, atitude esta recomendada na própria Bíblia em Romanos 13:1-7 onde estão registrados os conselhos paulinos a respeito das autoridades.

Durante o Governo Militar esse apoio tornou-se ainda mais declarado por se tratar de um governo de caráter essencialmente conservador que teria livrado a Pátria do avanço do comunismo “subversivo e ateu”. Diante dessa conjuntura as hierarquias batistas construíram uma gama de representações sobre o Governo Militar, a fim de reafirmar entre seus fiéis o quão acertado havia sido a ruptura política que pôs fim ao antigo governo. Cabe ressaltar que esse posicionamento não foi hegemônico, partia das lideranças e dos grupos conservadores, que no caso em questão, representavam a maioria dos fiéis da Denominação Batista. Entretanto, como analisaremos no terceiro capítulo, houve resistências à posição oficial e a elaboração de um pensamento alternativo e crítico.

Em geral, em sua relação com a política, os batistas sempre alegaram manter o princípio da separação entre a Igreja e o Estado, e, no intuito de tornar público esse posicionamento, em 1964, por conta do instável clima político do pós-golpe, o pastor da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, João Soren elaborou o documento *A Igreja em Face das Injunções Políticas*¹. O documento contou com ampla divulgação e pretendia servir de orientação doutrinária aos batistas brasileiros. Entretanto, apesar de teoricamente representar a decisão da Denominação Batista em manter-se alheia a toda e qualquer forma de expressão

¹ Uma versão resumida desse documento pode ser encontrada em REILY; ASTE, 2003, p. 319-322.

política, na prática, ele cumpriu a função de encobrir a intensa atuação batista junto ao Governo Militar, como poderemos demonstrar.

A Convenção Batista Baiana, no período estudado, reunia dezenas de comunidades, destaca-se dentre elas: a Igreja Batista Sião, dirigida à época pelo pastor e militar da reserva o Rev. Valdívio de Oliveira Coelho e a Igreja Batista Dois de Julho, pastoreada por Ebenézer Gomes Cavalcanti, advogado e deputado estadual pela UDN em 1950. Essas duas comunidades batistas despontam como principais ao estudo proposto, tanto por serem, à época, comunidades fortes e de maioria de classe média, quanto por possuírem entre seus membros sujeitos com notável participação no cenário político baiano a exemplo dos seus próprios pastores; de Raymundo Brito, deputado federal por quatro vezes consecutivas (1954, 1958, 1962 e 1966 sendo as três primeiras pela UDN e após o Golpe Militar pela ARENA), que apesar de não fazer parte da membresia – era esposo da Dr.^a Alzira Coelho, irmã do pastor Valdívio Coelho e uma poderosa mulher batista (ALMEIDA, 2006) – mantinha estreitas relações entre sua atuação política e a Denominação Batista; e do diácono batista Clériston Andrade prefeito da cidade de Salvador entre 1971 e 1974.

O pastor Valdívio Coelho, era ex-capelão do exército e gozava de grande prestígio não só entre os batistas baianos como também no cenário batista nacional, não por acaso, Sião foi a congregação de Salvador escolhida para sediar a III Reunião Anual de Secretários Estaduais e uma Conferência entre líderes batistas brasileiros e missionários norte-americanos da Junta de Richmond (O BATISTA BAHIANO, 17 maio 1964, p. 01) ambos durante o mês de abril de 1964 ocasião em que ele foi considerado “o mais cordial e eficiente hospedeiro do Brasil batista” (O BATISTA BAHIANO, 17 maio 1964, p. 01). Ainda nesse mesmo ano, Valdívio Coelho foi escolhido para ser o coordenador regional da Campanha Nacional de Evangelização.² A importância nacional de Valdívio Coelho foi novamente reconhecida em 1970 quando, na ocasião da 52^a Assembléia da Convenção Batista Brasileira realizada em Salvador, foi eleito para o cargo de 1^o vice-presidente na diretoria da Convenção.

Entre os membros de Sião era conhecido por ser uma figura carismática, de personalidade muito forte, autoritário e com o total domínio sobre a Congregação. Entretanto, nesse caso, esse domínio tinha uma característica especial: era exercido por toda a família Coelho, segundo entrevista com a professora doutora Marli Geralda Teixeira³, eles formavam um verdadeiro clã. Isso pôde ser comprovado também por outras fontes onde pôde-se perceber a intensa participação de Raimundo Coelho, irmão de Valdívio Coelho e de Alzira

² Atas da Igreja de Sião, Livro 5, p. 22 apud TEIXEIRA, 1983, p. 480.

³ Entrevista com Marli Geralda Teixeira, Salvador, 24 mar. 2010.

Brito, irmã de Valdivio Coelho e esposa do Deputado Raymundo Brito, em inúmeros eventos que envolviam a vida religiosa, pública e política da Igreja Batista de São. Fontes iconográficas mostram que Alzira Coelho Brito foi a única mulher a fazer parte da comitiva que, em 1964, visitou o presidente Castelo Branco para divulgar a Campanha Nacional de Evangelização.

O Pastor Ebenézer Cavalcanti era advogado, e apesar de ter assumido um mandato político apenas uma vez e na década de 1950, exerceu um papel de fundamental importância na posição de apoio ao governo assumida pela Denominação Batista na década de 1960. Como deputado estadual pretendia garantir que a voz dos evangélicos fosse ouvida, sua atuação ficou marcada pelas duras críticas que fazia ao jogo do bicho e ao apoio financeiro do governo ao carnaval. Além disso, por mais de uma vez colocou-se como defensor da polícia baiana, em discurso proferido na Assembléia Legislativa em 07 de fevereiro de 1952, denunciou: “é realmente um soldo miserável o recebido por um soldado da Polícia Militar da Bahia [...] qualquer operário especializado mesmo na cidade do Salvador, ganha muito mais do que um coronel da gloriosa Polícia Militar da Bahia. A injustiça é contra os oficiais, é contra os praças” (DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA, 07 fev. 1952).

O Pastor Ebenézer Cavalcanti foi durante toda a década de 1960 e 1970, como dissemos anteriormente, o editor do jornal *O Batista Bahiano* e responsável pela produção e publicação de diversos textos anticomunistas e de apoio ao governo também na publicação nacional. Além disso, como pastor da Igreja Batista Dois de Julho, desde 1937, foi o responsável pela expulsão da congregação de dezenas de jovens progressistas e críticos do governo, episódio que será apresentado no terceiro capítulo.

Assim como Valdívio Coelho, era um reconhecido líder batista e detinha a fama de dirigir sua congregação com mãos de ferro. Sua imagem como representante dos batistas baianos era comum em diversos eventos públicos tanto de Salvador quanto de outras cidades baianas. Apesar de serem líderes das duas mais fortes igrejas batistas da Bahia especialmente por congregar membros da classe média, Valdívio Coelho e Ebenézer Cavalcanti não mantinham relações de simpatia entre suas congregações, pelo contrário, ao que parece mantinham um clima constante de disputa pela representação dos batistas no campo religioso baiano. Isso se tornava público em eventos como o desfile cívico do Dois de Julho (independência da Bahia), onde no espaço reservado ao desfile do “batalhão evangélico” as

igrejas batistas de São e a Dois de Julho organizavam dois grupos separados, “eram duas igrejas rivais, porque seus pastores eram rivais”.⁴

A caracterização dos pastores Ebenézer Cavalcanti e Valdivio Coelho elaborada por Marli G. Teixeira resume com perfeição o que as fontes nos dizem sobre esses expressivos líderes batistas na Bahia:

Cavalcante, de formação universitária, bacharel em Direito, desenvolveu o gosto pela vida intelectual. Racional e frio, irônico e mordaz quanto aos seus opositores, enfatizou a busca do prestígio social de sua igreja ingressando na vida pública como Deputado Estadual para “*garantir a representação evangélica junto aos poderes públicos*” [...] V. de Oliveira Coelho, de formação militar – capitão reformado do Exército – emocional e dramático, tem recolhido de sua longa experiência pastoral a extraordinária perspicácia das relações humanas, com a qual exerce seu poder de coronel do mais lídimo sentido da palavra. Autoritário e paternalista, amável e agressivo, pronto a lançar mão de todas as armas para defender seu poder, sempre que ameaçado. Respeitado, invejado e criticado, é realmente uma figura contraditória (TEIXEIRA, 1983, p. 479).

Ainda segundo a autora, podemos afirmar que as práticas desses dois pastores reproduzem mecanismos de poder vigentes na sociedade em geral, a saber: o autoritarismo, o personalismo e a formação de *oligarquias eclesásticas* (TEIXEIRA, 1983, p. 463). Além disso, eles são os grandes representantes do período de “grandes pastorados” inaugurado após o processo de renovação das *oligarquias* verificado a partir da década de 1930. Apesar de terem características distintas, tinham forte e marcante personalidade e conseguiam conduzir o comportamento de suas respectivas *oligarquias eclesásticas* com incrível habilidade, o que fez com que o pastorado de ambos virasse um modelo a ser seguido entre os batistas baianos. Ainda segundo Teixeira (2010), “eram grandes *caciques* que tinham uma personalidade muito forte, um carisma muito forte e dominavam as congregações de suas igrejas”.⁵

De fato, o domínio carismático exercido com sucesso por esses dois pastores batistas foi fundamental para mantê-los por tanto tempo a frente de suas congregações. Para elucidar a importância estratégica de se configurar como uma figura carismática dentro de um grupo religioso, recorremos a Weber (1991), que nos explica o carisma como:

uma qualidade pessoal considerada extracotidiana [...] e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma

⁴ Entrevista com Marli Geralda Teixeira, Salvador, 24 mar. 2010.

⁵ Id.

como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder” (WEBER, 1991, p. 158-159).

Por essa característica ser validada pelos próprios “carismaticamente dominados”, em geral, os líderes religiosos que exercem essa forma de liderança, agrupam inúmeros discípulos em torno de si e garantem o apoio da maior parte da sua membresia. Nesse sentido, enquanto uma forma pura de dominação legítima, o carisma pode ser traduzido em poder, o que fica comprovado por Weber quando ele afirma que “sem dúvida, a autoridade carismática é uma das grandes forças da história, porém em sua forma totalmente pura tem caráter eminentemente autoritário e dominador” (COHN, 1979, p. 136).

Raymundo Brito e Cleriston Andrade não eram pastores, o primeiro, nem era batista, mas ocuparam papel central nessas *oligarquias eclesiais baianas*. Não só de pastores eram formadas as *oligarquias evangélicas*, dentro desse rol, destacamos o deputado Raymundo Brito tido pela maioria dos batistas de Salvador como o representante desse grupo frente ao governo e que por conta disso gozava de grande prestígio e respeito por parte dos demais membros da Denominação Batista, ocupando até hoje o lugar de defensor político dos crentes nas representações batistas. Na ocasião do golpe civil-militar Brito filiou-se a ARENA, passando a ser o responsável pelas barganhas políticas que atenderiam os interesses batistas baianos ao passo que garantia o apoio deles ao Governo Militar.

O clientelismo político que trocava votos por serviços foi a principal característica da política do deputado Raymundo Brito. Ele efetivou-se como o representante e grande defensor dos evangélicos na Câmara, esses, em agradecimento, organizaram uma “Comissão Evangélica Pró-reeleição do Deputado Raymundo Brito” responsável por lançar, em 1962, o primeiro de vários manifestos em seu favor assinado não só por pastores batistas de diversas cidades baianas, como também por líderes metodistas e presbiterianos (BRITO, 1989, p. 95). Conforme afirmou o pastor Ebenézer Cavalcanti, referindo-se a Brito: “Sua eleição se tem devido, em larga medida, ao eleitorado evangélico, a que serve [...] São mais de trinta anos de vinculação, identificação, colaboração e prestação de serviços aos evangélicos” (BRITO, 1989, p. 96).

Em agradecimento a tamanhos esforços, o reeleito deputado Raymundo Brito enviou uma carta ao seu amigo Ebenézer Cavalcanti, que prontamente foi publicada na primeira página da edição de dezembro do *Batista Bahiano*, segue transcrição na íntegra do documento:

Salvador, dezembro de 1966.

Prezado amigo Pastor Ebenézer Gomes Cavalcanti:

Tenho o prazer de lhe comunicar a minha reeleição a Câmara Federal, ao tempo em que lhe agradeço e a sua Igreja Dois de Julho a honrosa ajuda que deram à minha vitória. Continuarei na Câmara, a obra assistencial que venho realizando e receberei com todo o interesse as ordens dos amigos dessa benemérita Igreja.

Que Deus proporcione a todos um feliz ano novo.

Do amigo e colega,

Raymundo Brito (O BATISTA BAHIANO, dez. 1966, p. 01).

Constata-se que Brito além de reconhecer a força dos batistas em seu eleitorado assume de bom grado o papel de representante deles no cenário político. A recíproca, portanto, era verdadeira.

Dentre o principal resultado de sua atuação, figura a construção do Hospital Evangélico da Bahia, ainda segundo Ebenézer Cavalcanti: “sua vida ficará marcada na História pela fundação e funcionamento do Hospital Evangélico da Bahia, a que tem dado o melhor dos seus esforços” (BRITO, 1989, p. 96). A iniciativa deste hospital foi tomada pela “Associação dos Diáconos Batistas do Campo Baiano” que realizou uma campanha em prol da construção do hospital orientada pelo pastor Valdívio de Oliveira Coelho. Foi inaugurado em janeiro de 1960 e em 1961 já era tido como uma realidade apesar de ainda funcionar apenas como um ambulatório (O BATISTA BAHIANO, jul. 1961, p. 6).

Em 1966, numa demonstração de colaboração entre os militares e os batistas, o então presidente do País, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, doou um vasto terreno ao Hospital Evangélico da Bahia vindo pessoalmente para participar da cerimônia que contou também com a presença do deputado federal Raymundo Brito e do “clã” de Sião: o Pastor Valdívio Coelho, os diáconos e irmãos de sangue Raimundo e José Coelho e Dr^a Alzira C. Brito (SILVA, 2009). Nessa ocasião, o Pastor Valdívio Coelho, diretor executivo do Hospital à época, entregou ao presidente Castelo Branco o título de “Sócio Benemérito” do Hospital, em discurso proferido na cerimônia o Pastor garantiu o apoio dos batistas afirmando que:

os evangélicos da Bahia continuarão colaborando com Vossa Excelência, cumprindo o seu dever de cidadãos brasileiros, e, acatando com sofreguidão, as decisões sábias do Governo de Vossa Excelência, porque elas estão reconstruindo o Brasil dos nossos antepassados [...] estaremos orando a Deus que o Governo de Vossa Excelência continue reconstruindo o Brasil que há de figurar no concêrto das maiores nações do mundo, porque este é o seu destino (O BATISTA BAHIANO, maio 1966, p. 3).

A partir de 1971, com a indicação pelos militares do então Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães para o Governo da Bahia, o deputado Raymundo Brito foi convidado para ser Secretário de Justiça do Estado. Durante esse período sua atuação ficou restrita a construção de fóruns em várias cidades do estado, visto que, em tempos de ditadura, eram outros os responsáveis por aplicar a justiça no Estado. No mesmo ano, o diácono batista Dr. Clériston Andrade foi escolhido pelos militares e por ACM para ocupar o cargo de Prefeito da Cidade de Salvador consolidando assim a aliança entre os batistas e os representantes do governo militar na Bahia.

Dr. Clériston Andrade era um atuante diácono da Igreja Batista Sião, e posteriormente da Igreja Batista da Graça, sua escolha para prefeito da capital do Estado foi motivo de grande orgulho para os batistas dessa e de outras congregações batistas da cidade. Durante seu governo, manteve-se simbolicamente como representante delas ao ponto da imprensa baiana reportar-se a ele como o “*pastor batista*” e a imprensa batista como “*nosso irmão prefeito Dr. Clériston Andrade*”.

Para além dos batistas de Salvador, os batistas feirenses também comemoraram e elogiaram a escolha do diácono batista para ocupar um cargo de tamanha importância. Tal posicionamento pôde ser verificado nas palavras do missionário Burley Carder secretário executivo da Convenção Batista Baiana à época, ex-pastor da Primeira Igreja Batista de Feira de Santana, e uma figura aclamada e respeitada no cenário batista feirense, segundo o missionário:

pela primeira vez na história da Bahia, onde o país e o trabalho Batistas nasceram temos um crente como prefeito. Isto é uma grande vitória. Dr. Cleriston de (sic) Andrade tem testemunhado do poder do Evangelho pelo seu caráter cristão, pela sua maneira de viver corretamente, e imparcialidade nas suas decisões. Cada crente Baiano deve orar por este servo de Deus.⁶

Antes de tornar-se prefeito, Clériston Andrade fazia parte, desde 1960, da Junta Administrativa do Instituto Bíblico Batista do Nordeste (IBBNE), sendo eleito presidente de sua diretoria em 1966.⁷ Começou sua carreira política como procurador-geral do município de Salvador na administração do então prefeito Antonio Carlos Magalhães afastando-se dessa função para assumir a prefeitura de Salvador em 1971, onde permaneceu até 1975 (NETO, 2006). Sua identificação com o carlismo lhe garantiu cargos importantes no cenário político

⁶ Documento xerox. Arquivo CPR (Centro de Pesquisa da Religião). *Relatório de viagem: Muitas vitórias – muitos desafios*. Burley Cader. 1971.

⁷ Livro de atas da junta administrativa do IBBNe, 1958-1980, 16 set. 1966, p. 59.

estadual todos por indicação direta de ACM. Além da prefeitura de Salvador, foi nomeado presidente do extinto BANEB (Banco do Estado da Bahia) em 1979, período do segundo governo de ACM. Em 1982, candidatou-se ao cargo de governador da Bahia, mas, em outubro desse mesmo ano, veio a óbito em um acidente aéreo.

Durante os primeiros anos de Governo Militar, as lideranças batistas deixaram de atuar apenas no campo do discurso e passaram à colaboração prática, que ia desde a participação em eventos públicos de apoio as autoridades governamentais, até a aliança de seus membros ao governo ocupando eles próprios funções executivas ou parlamentares. Dessa forma, o princípio de não interferir nas questões políticas do País, que as próprias lideranças faziam questão de recomendar foi substituído pela explícita colaboração pública e integral ao Governo Militar em âmbito local e nacional.

A justificativa para essa mudança de postura, ao que parece, segue duas linhas: a quase “obrigação” de colaborar com um governo que além de ter livrado o País da ameaça comunista, ainda conseguia anular a sua atuação garantindo que eles não mais voltariam a ameaçar a democracia, não importando os métodos que o governo usasse para isso; e a necessidade de defender os interesses dos evangélicos, mas dessa vez, numa conjuntura política totalmente propícia à participação de grupos conservadores.

Para garantir que a posição das lideranças batistas fosse hegemônica, qualquer posicionamento contrário à doutrina oficial da Igreja era duramente combatido, evitando assim que a frutífera relação consolidada com os militares sofresse riscos de ser abalada. Dessa forma reproduziu-se dentro da Denominação a repressão implementada pelos militares na sociedade em geral. O resultado desse confronto foi o surgimento de alternativas ao conservadorismo e a apatia do grupo religioso frente aos problemas sociais por um lado e por outro a expulsão e denúncia aos aparelhos de repressão do governo dos membros progressistas que ousavam contestar as hierarquias eclesiásticas e políticas.

Referência

ALMEIDA, Bianca Daéb's Seixas. *Uma História das Mulheres Batistas Soteropolitanas*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BRITO, Alzira Coelho. *Evocações*. Salvador: Presscolor, 1989.

COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1979.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Salvador, 07 fev. 1952.

NETO, Paulo Fábio Dantas. *Tradição, Autocracia e Carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

O BATISTA BAHIANO. *Hospital Evangélico da Bahia*. Salvador, jul. 1961, p. 06.

_____. *Uma Conferência Histórica em Salvador*. Salvador, 17 maio 1964, p. 01.

_____. *Pleno Êxito: reunião dos secretários estaduais*. Salvador, 17 maio 1964, p. 01.

_____. *Homenagem do Hospital Evangélico da Bahia ao Presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco*. Salvador, maio 1966, p. 03.

_____. *Reeleito o Deputado Raymundo Brito*. Dez. 1966, p. 01.

REILY, Duncan A. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003.

ROMANOS. In: BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João F. de Almeida. São Paulo: Geográfica, 2000. Capítulo 13, versículos 1-7.

SILVA, Elizete da. *Protestantes e o Governo Militar: convergências e divergências*. In: ZACHARIADHES, Grimaldo C. (Org.). *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

TEIXEIRA, Marli G. “*Nós os Batistas*” – *Um Estudo de História das Mentalidades*. 1983. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

_____. Salvador, 24 mar. de 2010. Entrevista concedida a Luciane Silva de Almeida.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1991. v. 1.